EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO SOB A ÓTICA DA INOVAÇÃO SOCIAL

RESUMO

O presente ensaio visa analisar a educação integral no ensino médio no Estado de Pernambuco sob a ótica da inovação social. Para tanto, foi realizado um estudo exploratório, conduzido por meio de pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam que a educação integral é uma inovação social, tendo em vista que permite a emancipação dos jovens, bem como a transformação social. Uma inovação social é uma linha de ação nova e capaz de responder a uma questão social, a partir da geração de transformação social, passando, assim, a ser adotada em benefício da coletividade, sobretudo, em favor das minorias sociais. Esta pesquisa contribui na medida em que evidencia o potencial decorrente da articulação entre atores com fins de promover a inovação social e, conseqüentemente, a mudança social. Para futuros estudos, recomenda-se a análise da educação integral no ensino médio em outros Estados sob a ótica da inovação, verificando convergências e/ou divergências.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral; Ensino Médio; Inovação Social.

1 INTRODUÇÃO

O ensino médio é um dos principais desafios em termos de políticas públicas no Brasil, principalmente pelo baixo desempenho apresentado pela rede estadual nas avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2018), no ensino médio, nenhum estado atingiu a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2017. De acordo com o INEP (2018), na primeira avaliação, as escolas de ensino médio obtiveram a nota 3,4 e em 2017, 3,8. Dessa forma, não atingiram a meta estipulada de 4,7.

Apesar do resultado de 2017 ter frustrado as expectativas para o ensino médio de um modo geral, é necessário lembrar que o estado de Pernambuco tem um histórico de desempenho acima da média no ensino médio. Entre 2007 e 2017, o referido Estado passou saiu do índice 2,7 (em 2007) para 4,0 (em 2017). Atualmente, Pernambuco ocupa o terceiro lugar no ensino médio no IDEB. Além disso, tem a maior rede estadual em educação integral do país, com 412 escolas que funcionam por meio desta jornada, das quais 368 são Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs) (PERNAMBUCO, 2019)

Uma ação praticada por Pernambuco em busca da melhoria do ensino é a implementação do ensino integral. Entende-se por ensino integral a modalidade na qual ocorre a educação integral com jornada semanal superior a 35 horas. A educação integral está preocupada com a promoção de uma aprendizagem holística, isto é, focada no desenvolvimento de habilidades cognitivas e intelectuais, afetivas, físicas, éticas e sociais, assumindo, assim, a formação humana por completo. Sua meta é englobar todas as dimensões que integram a vida do ser social, que faz parte de um contexto sócio histórico, imerso no acervo cultural, moral, ético, humano, científico produzido ao longo do tempo pela humanidade e deixado, como herança, para as gerações vindouras. (POSSER; ALMEIDA; MOLL, 2016)

Entre 2007 e 2010, o governo do estado de Pernambuco, por meio do Programa de Modernização da Gestão Pública, elaborou um mapa estratégico para várias secretarias, dentre elas a de educação, a partir do qual determinou o monitoramento mensal das ações

desenvolvidas na referida. Para tal secretaria, foram indicados dez eixos estratégicos a serem monitorados pela Secretaria de Planejamento e Gestão e pelo então governador Eduardo Campos (DUTRA, s/d).

Em 2008, na gestão de Eduardo Campos, foi instituída a criação do Programa de Educação Integral, cujo propósito foi reestruturar o Ensino Médio (DUTRA, s/d). Sobre a ideia que deu origem ao referido programa é importante salientar que a mesma foi iniciativa de uma organização social chamada Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, fundada por Marcos Magalhães em conjunto com outros empresários (ICE, 2017). Segundo entrevista intitulada “transformações na educação” disponibilizada no site do ICE (2017), Marcos Magalhães nasceu em Sertânia, sertão de Pernambuco. Formou-se em engenharia e tornou-se presidente da Philips para a América Latina. O ICE tem por propósito instalar novos modelos de escola pelo Brasil, por meio da união e articulação entre empresários e poder público.

Sendo assim, o presente ensaio visa analisar a educação integral no ensino médio em Pernambuco sob a ótica da inovação social.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DISCUSSÃO

O termo inovação foi empregado nas revoluções industriais na Inglaterra e Alemanha nos séculos XVIII e XIX, bem como na revolução das tecnociências, sobretudo nos Estados Unidos, no século XX (AUDY, 2017). No final do século XX, a inovação expandiu-se para além dos laboratórios científicos e tecnológicos nas universidades e empresas para a sociedade. (AUDY, 2017)

A inovação foi amplamente tratada por Schumpeter, abordando a perspectiva econômica e sua influência nas empresas (AUDY, 2017). Nessa linha de raciocínio, Oliveira, Santana e Gomes (2014, p.13) assumem que “o principal autor utilizado para a compreensão da conceitualização da inovação é Schumpeter”.

No presente trabalho, reconhece-se a importância dos estudos de Schumpeter sobre inovação. Contudo, de acordo com Pinho e Santana (1998), a transposição desse conceito para a lógica pública não é adequada. A principal limitação advém do fato que Schumpeter concebeu seus conceitos para um contexto industrial, capitalista, de concorrência entre empresas. No setor público, não há empresas concorrendo, bem como no contexto neoliberal não cabe ao Estado a produção de bens de consumo (PINHO; SANTANA, 1998). Corroborando este entendimento, Coelho (2015) afirma que o conceito de inovação no setor privado segue lógica distinta do setor privado. Por isso, não se pode empregar o conceito indiscriminadamente, mas é necessário analisar a inovação de modo contextualizado, visto que o que é inovação em dado contexto pode não ser em outro. (AUDY, 2017).

Segundo Ferreira, Rocha e Carvalhais (2015), na esfera pública, o conceito de inovação encontra-se em construção e, conforme Vries, Bekkers e Tummers (2015, p.5), “é bastante amplo”. Para Koch e Haunes (2005), inovação na gestão pública trata-se da prestação de serviços acompanhados de mudança organizacional e desenvolvimento de ações e medidas que visam atender às demandas sociais.

Diante do exposto no Quadro 01, percebe-se que as definições, em sua maioria, estão centradas na ideia de que a inovação na gestão pública se refere a um processo ou um serviço que envolve transformação ou melhoria, visando atendimento das demandas sociais. Este entendimento mostra que embora abundem estudos que abordam aspectos de inovação na administração pública brasileira, a base teórico-conceitual ainda encontra-se incipiente (PINHO; SANTANA, 1998). Conforme Camões, Severo e Cavalcante (2017, p. 113), “a produção de conhecimento sobre inovação na gestão pública é ainda incipiente no Brasil”. Embora a citação de Pinho e Santana seja de 1998, observa-se na citação de Camões, Severo e

Cavalcante, de 2017, que a base teórico-conceitual sobre inovação na gestão pública está em desenvolvimento.

De acordo com Koch e Haunes (2005, p.8), a inovação no setor público pode ser dividida em vários tipos, por exemplo: um serviço novo ou melhorado; inovação de processo, que pode ser uma mudança na forma de realizar um serviço; inovação administrativa, como é o caso do uso de um novo instrumento político que pode resultar em alteração de política; inovação de sistema, por exemplo, um novo sistema ou uma mudança fundamental de um sistema existente, por exemplo, pelo estabelecimento de novos padrões de cooperação e integração; inovação conceitual, que pode ser uma mudança na forma de olhar ou na perspectiva, que leva ao surgimento de novos conceitos, mudança radical de mentalidade, que indica que a visão de mundo ou a matriz mental dos empregados de uma organização está mudando. Outras contribuições relativas à tipologias de inovação no setor público foram dadas por Vries, Bekkers e Tummers (2015). Vries, Bekkers e Tummers (2015) apresentam quatro tipos de inovação no setor público, a saber: inovação de processo (focada no núcleo tecnológico ou administrativo da organização); inovação de produto ou serviço; inovação de governança; e inovação conceitual.

Além da tipologia de inovação, outro ponto importante a ser tratado são as barreiras que emperram e os indutores que estimulam a inovação no setor público. Brandão e Bruno-Faria (2017) alegam que as barreiras à inovação na gestão pública que mais se destacam são as seguintes: regulamentações rígidas, insuficiência de pessoal, escassez de recursos financeiros, falta de sinergia interdepartamental, alocação inadequada de tempo para a inovação, falta de incentivos, aversão ao risco, incerteza quanto aos resultados e resistência de usuários. Para a European Commission (2013), as barreiras à inovação na esfera pública se enquadram nas seguintes dimensões: condições desfavoráveis para aplicação ou implementação da inovação; falta de liderança em todos os níveis organizacionais; conhecimento limitado em relação à aplicação de métodos e processos de inovação; uso insuficiente de avaliação e dados.

No entendimento de Mulgan (2007, p.5), a inovação pública não pode ser simplesmente institucionalizada ou planejada. Mas existem muitas coisas que governos podem fazer para impulsionar as chances de novas ideias criarem valor para o público. O desafio está justamente em conseguir driblar ou mudar a cultura conservadora e centralizadora de estruturas verticalizadas, a falta de visão sistêmica, o despreparo, a resistência à otimização dos processos, para que o serviço prestado apresente algum valor para sociedade. (HARTLEY, 2013)

Nesse sentido, essas barreiras podem ser percebidas como oportunidades de mudança positiva. A capacitação pode ser fortalecida; liderança e modelos de governança podem ser transformados para focar na inovação; ferramentas, habilidades e capacidades podem ser desenvolvidas; evidências podem ser geradas de maneira mais sistemática. (EUROPEAN COMMISSION, 2013).

Uma das finalidades da inovação no setor público é resolver problemas sociais ainda não solucionados nos âmbitos da saúde, segurança, educação etc. Em outras palavras, o esforço de inovar no setor público também visa à geração de inovações sociais. Para tanto, são idealizados políticas públicas e programas, por exemplo. Conforme Bekkers, Tummers e Voorberg (2013), a inovação social é vislumbrada por governantes em muitos lugares do mundo como uma alternativa para a inovação na gestão pública.

O conceito de inovação social se aplica ao “desenho de novos produtos (programas federais, por exemplo) e processos (modelos de governança, por exemplo) que visam desenvolvimento humano envolvendo o cidadão nesse processo de desenho e gestão” (BRASIL, 2019, p.1). “A inovação social, como experiência concreta e especialmente ligada ao campo da política pública, não pode ser considerada fenômeno isolado do contexto institucional no qual emerge” (HULGÅRD; FERRARINI, 2010, p.259). A análise da

inovação social volta-se para a complexa relação entre Estado, mercado e organizações da sociedade civil (HULGÅRD; FERRARINI, 2010).

2.1 A educação integral no ensino médio como inovação social

Em 2008, na gestão de Eduardo Campos, foi instituída a criação do Programa de Educação Integral, cujo propósito foi reestruturar o Ensino Médio (DUTRA, s/d). Corroborando este entendimento, um estudo realizado pelo Instituto Sonho Grande (2019), em parceria com o Laboratório de Pesquisa e Avaliação em Aprendizagem da Fundação Getúlio Vargas (LEARN/FGV), aponta que em 2008 a iniciativa pioneira da educação integral foi convertida em política pública por meio da criação do Programa de Educação Integral.

De acordo com a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (2020), o modelo de educação integral adotado pelo Estado está pautado na educação que integra várias dimensões, dispondo de um espaço para exercício da cidadania e o protagonismo juvenil visando formar um jovem dotado de autonomia, competência, solidariedade e elevado desempenho. “Desse modo, ao concluir o ensino médio nas escolas de Educação Integral, o jovem estará mais qualificado para a continuidade da vida acadêmica, da formação profissional ou para o mundo do trabalho” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE PERNAMBUCO, 2020, p.1).

Sobre a ideia que deu origem ao referido programa é importante salientar que a mesma foi iniciativa de uma organização social chamada Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, fundada por Marcos Magalhães em conjunto com outros empresários (ICE, 2017). Marcos Magalhães é engenheiro de formação e natural de Sertânia, sertão de Pernambuco. Em sua carreira chegou ocupar a presidência da Philips para a América Latina. O instituto fundado por Marcos Magalhães tem a finalidade de instalar novos modelos de escola pelo Brasil, por meio da união e articulação entre empresários e poder público (ICE, 2017).

A ideia de implantação do ensino integral surgiu quando um empresário, que foi aluno do ginásio pernambucano, localizado em Recife, passou em frente o referido estabelecimento educacional e o avistou decadente e em ruínas, tendo a iniciativa de procurar os seus amigos empresários para, reunidos, revitalizarem o ginásio. Porém, os empresários buscavam muito mais que reformar o prédio, o objetivo deles era criar um novo modelo de escola e trazer de volta o padrão de qualidade do renomado ginásio pernambucano. Então, o foco era a qualidade do ensino público. O projeto de revitalização do prédio demandou quase três milhões de reais e foi finalizado no prazo de dois anos (ICE, 2020).

Conforme consta no site institucional do ICE (2020), por trás da ideia inicial de revitalização do ginásio pernambucano existia uma nobre causa: elaborar uma nova estratégia para enfrentar os percalços do ensino médio e ofertar à juventude um novo modelo de escola pública de qualidade. Em 2004, o ginásio pernambucano volta a funcionar adotando a educação integral em tempo integral. A escolha pela atuação no ensino médio foi norteada, sobretudo, pela constatação da decadente situação na qual estava o ensino médio em Pernambuco e no Brasil, bem como pela clara necessidade de formação de parcerias para iniciar um processo de desenvolvimento de um modelo de ensino para o ensino médio. Dessa forma, o progresso da causa ocorre por meio da institucionalização no **novo conceito** de escola e a criação do Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO), que foi uma ação do governo do estado de Pernambuco para enfrentar os desafios do ensino médio (ICE, 2020). Ainda de acordo com informações do ICE (2017), as mudanças no modelo de ensino eram necessárias, pois, depois de 1970, quando ocorreu a

democratização do ensino, a qualidade declinou e as escolas de ensino médio deixaram de ser atrativas, já que os estudantes não viam conexão do que era ensinado e o dia-a-dia.

As ações do ICE estavam alinhadas com o contexto de mudanças na educação em todo mundo. Segundo Brunstein, Rodrigues e Kirschbaum (2008), a partir de 1990 a educação, no Brasil e no mundo, começou a passar por significativas transformações (BRUNSTEIN; RODRIGUES; KIRSCHBAUM, 2008). Importantes conferências na área da educação, como as que ocorreram em Jomtien (Tailândia), Dakar (Senegal – Península do Cabo Verde) e Nova Delhi (Índia), propagaram a ideia de “Educação para Todos e por toda vida”, apresentando como proposta um novo sentido para o espaço escolar e ressaltando a importância das atividades extra-escolares e extra-curriculares, como forma de integrar o aprendizado obtido na escola com outras perspectivas da vida, potencializando assim as experiências de aprendizado tanto na sala de aula quanto fora dela (BRUNSTEIN; RODRIGUES; KIRSCHBAUM, 2008).

Seguindo essa perspectiva, tem-se o modelo de educação integral, o qual, segundo o Centro de Referências em Educação Integral (2020), permite o desenvolvimento completo do estudante, ou seja, nas perspectivas intelectual, física, emocional, social e cultural, e que deve ser um projeto constituído coletivamente, ou seja, por meio da interação e compartilhamento dos estudantes, das suas famílias, dos educadores e gestores, bem como das comunidades locais. O foco da educação integral está em desenvolver no (a) estudante a capacidade crítica, dando-lhe autonomia e responsabilidade para cuidar de si mesmo e do mundo que o (a) rodeia. É uma modalidade de educação inclusiva que leva em consideração as peculiaridades dos sujeitos, e suas variadas identidades e se fundamenta na construção de um projeto educativo que é percebido como importante por todos e todas. É uma proposta condizente com a noção de sustentabilidade, uma vez que se preocupa com processos educativos contextualizados, de modo a permitir a contínua interação entre a aprendizagem obtida em sala de aula e a prática. Além disso, permite a equidade na medida em que reconhece o direito à aprendizagem, bem como o acesso às mais variadas oportunidades educativas, por meio da interação com múltiplos agentes, saberes, espaços, recursos e linguagens, sendo uma condição essencial para enfrentar desigualdades educacionais (CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2020).

Com uma nova concepção de educação, atores integrantes de organizações sociais ganham força na luta por melhorias na educação. Conforme Brunstein, Rodrigues e Kirschbaum (2008), neste contexto de alterações surgiram novos atores com legitimidade para propor e orientar mudanças, como é o caso de organizações não governamentais, cuja finalidade é desenvolver novos arranjos institucionais capazes de aumentar o empoderamento de alunos e professores e alterar a condição de isolamento e atraso com a qual a escola pública se depara.

O modelo de educação integral, voltada para o ensino médio pernambucano, proposto pelo ICE, foi ampliado ainda no governo de Mendonça Filho, que o implantou em 20 instituições, conforme site nova escola (2016). Como dito, o fundador do ICE, Marcos Magalhães, um dos responsáveis pela proposição do modelo de educação integral, via a necessidade de união e articulação entre o poder público e a iniciativa privada com a finalidade de implantar novos modelos de escola integral no Brasil. Assim, a educação integral tornou-se política pública no governo de Eduardo Campos. O Programa de Educação Integral, criado pelo governo de Pernambuco, visou desenvolver políticas voltadas para a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e a qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2008). Segundo Dutra (s/d), tal programa deu ênfase à melhoria da qualidade da educação, sendo uma de suas metas a ampliação de matrículas do Ensino Médio Integral. Além disso, buscou reordenar a rede estadual, criando as Escolas de Referência em

Ensino Médio (EREMs) e as Escolas Integrais (que envolvem a educação integral em jornada ampliada), voltadas exclusivamente para o ensino médio. Em 2009, para cuidar das escolas integrais, foi criada a Secretaria Executiva de Educação Profissional, gozando de autonomia administrativa e financeira.

Como resultado de todos esses esforços para melhoria da educação a partir da adoção da educação integral no ensino médio, é possível vislumbrar um avanço na educação pernambucana. É notória a melhoria histórica nos índices educacionais de Pernambuco e esta tem sido associada à reforma gerencial sucedida no governo de Eduardo Campos, principalmente na esfera educacional, bem como na decisão do estado pela implantação da educação integral (SANTOS; SILVA, 2019). De acordo com um estudo realizado pelo Instituto Sonho Grande (2019, p.7), em parceria com Laboratório de Pesquisa e Avaliação em Aprendizagem da Fundação Getúlio Vargas (LEARN/FGV), “o estado [de Pernambuco] passou a desenvolver a educação integral em um modelo que buscava aliar a ampliação da jornada escolar diária à melhoria das práticas pedagógicas e de gestão acadêmica”. Dessa forma conseguiu mitigar o abandono e a evasão no ensino médio (INSTITUTO SONHO GRANDE, 2019).

Um estudo sobre a trajetória dos egressos da rede estadual de ensino de Pernambuco, realizado pelo Instituto Sonho Grande (2019, p.7), em parceria com Laboratório de Pesquisa e Avaliação em Aprendizagem da Fundação Getúlio Vargas (LEARN/FGV), comprova que estudantes oriundos de escolas que adotam a educação integral têm mais chances de sucesso na vida profissional. O estudo teve como objetivo investigar “a trajetória dos estudantes egressos das escolas estaduais de Pernambuco, concluintes do ensino médio entre 2009 e 2014, englobando tanto escolas do regime parcial quanto integral”. Na pesquisa realizada foram levados em conta aspectos como escolaridade, renda, trabalho, produtividade e questões de ordem socioemocional. O estudo publicado em 2019 se propôs a responder a seguinte pergunta: “Como é a vida hoje dos egressos das escolas estaduais de Pernambuco?”. Os resultados do estudo estão concentrados no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Trajetória dos estudantes egressos das escolas estaduais de Pernambuco, concluintes do ensino médio entre 2009 e 2014.

<ul style="list-style-type: none">• Os resultados mostram que o ensino integral tem impactos positivos em termos de escolaridade, renda e equidade.• A probabilidade de ingressar no ensino superior é 17 pontos percentuais maior para indivíduos formados em escolas integrais.• Egressos de escolas integrais apresentaram probabilidade nove pontos percentuais maior de ingressar em uma instituição pública.• Em termos de renda, é possível perceber um aumento logo no início da carreira, com uma maior probabilidade de indivíduos oriundos de escolas integrais estarem em faixas de renda superiores.• A pesquisa revelou ainda que o ensino integral poderia aumentar o rendimento individual, em média, em R\$ 265,00 – o que corresponde a 18% do salário mensal médio.• O integral se mostra potencialmente capaz de reduzir o gap salarial em 13%11, o que representa um percentual superior à diferença previamente existente.• Quando consideradas as egressas mais velhas, formadas entre 2009 e 2011, a probabilidade de estarem trabalhando aumenta em oito pontos percentuais para o caso daquelas que cursaram o ensino integral e ex-estudantes do ensino integral apresentam, em termos descritivos, percentuais maiores de inserção em setores de atividades relacionados à educação.• Jovens egressos do integral optam, com maior frequência, por carreiras com maior valor agregado, tais como atividades ligadas ao setor financeiro (e menos inserção na área comercial), além de maior presença no setor educacional e de saúde.• Egressos do ensino integral tendem a se casar mais tarde, assim como adiar a decisão por ter filhos.

Fonte: Instituto Sonho Grande/LEARN – Fundação Getúlio Vargas (2019, p. 12, 14, 15, 16, 18)

Com base no exposto, a educação integral é uma inovação social. A inovação social é uma resposta nova e socialmente reconhecida que objetiva e gera a mudança social (alteração nas relações, instituições e nos comportamentos sociais, por exemplo) (ANDRE; ABREU, 2006). A inovação social tem por propósito gerar transformação social, ou seja, alterações nas relações sociais por meio de capacitação e articulação, de modo a retirar o indivíduo de uma condição desfavorecida e dar para ele autonomia e oportunidades (GREGOIRE, 2016). Nessa linha de raciocínio, “a inovação social se refere a novas respostas fornecidas às demandas sociais insatisfeitas ou mal satisfeitas” (GREGOIRE, 2016, p.54). De acordo com Lévesque (2002, APUD Brunstein; Rodrigues; Kirschbaum, 2008, p.2), inovação social refere-se às “novas formas de fazer as coisas com o fim explícito de rearranjar os papéis sociais ou de dar outras respostas para situações sociais insatisfatórias e problemáticas”.

Assim, a inovação social é uma linha de ação nova e capaz de responder a uma questão social, a partir da geração de transformação social, passando, assim, a ser adotada em benefício da coletividade, sobretudo, em favor das minorias sociais. Para o Instituto Sonho Grande – LEARN/FGV (2019, p.24), “O ensino integral tem se mostrado como uma opção de crescente interesse entre as Unidades da Federação, fomentando a busca por aliar qualidade do ensino à inclusão de habilidades socioemocionais e competências do século XXI”.

CONCLUSÕES

O presente ensaio teve como objetivo analisar a educação integral no ensino médio em Pernambuco sob a ótica da inovação social. A partir da análise, constatou-se que a educação integral no ensino médio pernambucano é uma inovação social, tendo em vista que permite a emancipação dos jovens, bem como a transformação social.

Esta pesquisa contribui na medida em que evidencia o potencial decorrente da articulação entre atores com fins de promover a inovação social e, conseqüentemente, a mudança social. O trabalho conjunto, participativo, seguindo uma lógica de complementariedade, na qual os atores se apoiam, pode gerar soluções de notável impacto positivo. Portanto, nenhum ator deve ser ignorado.

Há ainda a contribuição teórica, visto que serve de incremento aos estudos sobre inovação na gestão pública e inovação social, que ainda estão em situação de desenvolvimento. Para futuros trabalhos, recomenda-se a análise da educação integral no ensino médio em outros Estados sob a ótica da inovação, de modo a comparar resultados.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Isabel.; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, XLI, 81, pp. 121-141, 2006.

AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 75-87, 2017.

BEKKERS, V.J.J.M., TUMMERS, L.G., VOORBERG, W.H. From public innovation to social innovation in the public sector: A literature review of relevant drivers and barriers, 2013.

BRANDÃO, S. M.; BRUNO-FARIA, M. F. Barreiras à inovação em gestão em organizações públicas do governo federal brasileiro: análise da percepção de dirigentes. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/171002_inovacao_no_setor_publico_capitulo_7.pdf

BRUNSTEIN, Janette; RODRIGUES, Andrea Leite; KIRSCHBAUM, Charles. Empreendedorismo institucional e inovação social: a ação da ONG ‘Ação Educativa’ no campo educacional da cidade de São Paulo. In: Anais Eletrônicos... V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Belo Horizonte, 2008.

CAVALCANTE, Pedro.; CAMÕES, Marizaura. Inovação pública no Brasil: uma visão geral de seus tipos, resultados e indutores. In: Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil. Orgs: CAVALCANTE, Pedro et al. Brasília: Enap: IPEA, 2017.

CAMÕES, M. R. S.; SEVERO, W. R.; CAVALCANTE, P. Inovação na gestão pública federal: 20 anos do prêmio inovação. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/171002_inovacao_no_setor_publico_capitulo_5.pdf

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Conceito de inovação social. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/conceito/>

COELHO, Fernando. Inovação na Gestão Pública. Disponível em: <http://200.144.182.143/escolausp/wp-content/uploads/2015/05/Aula-10-de-junho.pdf>

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 691-713, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0428100>

EUROPEAN COMMISSION. Powering European Public Sector Innovation: towards a new architecture, 2013. Disponível em: https://ec.europa.eu/research/innovation-union/pdf/psi_eg.pdf Acesso em: set 2018.

FERREIRA, R. DE A., ROCHA, E. M. P. DA, & CARVALHAIS, J. N. (2015). Inovações em organizações públicas: estudo dos fatores que influenciam um ambiente inovador no estado de minas gerais. *INMR - Innovation & Management Review*, 12(3), 07-27.

GREGOIRE, Maud. Exploring various approaches of social innovation: a francophone literature review and a proposal of innovation typology. *Revista de Administração de Mackensie*, edição especial, v.17, n.6, p.47-7, 2016.

HARTLEY, J. Public and private features of innovation. In S. OSBORNE, & L. BROWN (Ed.), *Handbook of Innovation in Public Services*. Massachusetts, USA: Edward ElgarPubl., 2013.

HULGÅRD, Lars; FERRARINI, Adriane Vieira. Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública? *Revista Ciências Sociais*, Unisinos, v.46, n.3, p.256-263, 2010.

IDEB. Resultados e Metas - Brasil. <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO. Marcos Magalhães critica sistema “perverso” da educação, em programa com Lavareda. Disponível em: <http://icebrasil.org.br/2017/12/21/marcos-magalhaes-critica-sistema-perverso-da-educacao-em-programa-com-lavareda/> Acesso em: setembro de 2020.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO. Sobre o ICE. Disponível em: <http://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/>

INSTITUTO SONHO GRANDE. Mais integral, mais oportunidades: um estudo sobre a trajetória dos egressos da rede estadual de ensino de Pernambuco. DISPONÍVEL EM: <https://www.sonhogrande.org/storage/estudo-sobre-a-trajetoria-dos-egressos-da-rede-estadual-de-ensino-de-pernambuco.pdf>

KOCH, Per.; HAUKNES, Johan. On innovation in the public sector – today and beyond. 2 ed. Revisada, 2005. Disponível em: <https://brage.bibsys.no/xmlui/bitstream/handle/11250/226573/d20-innovation.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

MULGAN, Geoff. Ready or not? Taking innovation in the public sector seriously. Nesta, 2007. Disponível em: https://media.nesta.org.uk/documents/ready_or_not.pdf Acesso em: setembro 2018.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme de.; SANTANA, Rafael Liberal.; GOMES, Vanessa Cabral. Inovação no setor público: uma reflexão a partir das experiências premiadas no concurso inovação na gestão pública federal. Brasília: Enap, 2014. Acesso em: junho de 2019.

NOVA ESCOLA. Quem é Mendonça Filho, que assume o ministério da educação e cultura. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/358/quem-e-mendonca-filho-que-assume-o-ministerio-da-educacao-e-cultura> Acesso em: setembro 2020.

OLIVEIRA, L. G.; SANTANA, L. R. F.; GOMES, V. C. Inovação no setor público: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: Enap, 2014.

PINHO, José Antonio Gomes de; SANTANA, Mercejane Wanderley. **Inovação na gestão pública no Brasil: uma aproximação teórico-conceitual**. XX EnANPAD, Foz do Iguaçu, 1998.

POSSER, J.; ALMEIDA, L. H.; MOLL, J. Educação integral: context histórico na educação brasileira. **Revista de Ciências Humanas**. v. 17 | n. 28 | p. 112-126 | Jul. 2016.

SANTOS, M. L. S. dos; SILVA, K. N. P. O Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (SAEPE) e qualidade da educação básica. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 1, p. 309-334, jan./abr. 2019.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTES DE PERNAMBUCO. Educação integral. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=70>

VRIES, H.; BEKKERS, V.J.J.M., TUMMERS, L.G. Innovation in the Public Sector: A systematic review and future research agenda. **SSRN Eletronic Journal**, 2015.

VOORBERG, W. H.; BEKKERS, V. J. J. M.; Tummers, L. G. A Systematic Review of Co-Creation and Co-Production: Embarking on the social innovation journey, *Public Management Review*, 2014. Disponível em:
http://scholar.google.com.br/scholar_url?url=https://repub.eur.nl/pub/73260/14719037.2014.pdf&hl=pt-BR&sa=X&scisig=AAGBfm0K4Cb0MNwZxwyHdOkJQbY1rgleXg&nossl=1&oi=scholar
Acesso em set 2018.

WESTLEY, Frances.;McGOWAN, Katharine. At the root of change: the history of social innovation. **Social Frontiers**. University of Waterloo, Canada.

Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/e2d2/0595963868b7d092b383a771c34961bed661.pdf>

YANG, C. F.; SUNG, T. J. Service design for social innovation through participatory action research. **International Journal of Design**. 2016.